



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELLI REPRESENTANDO A EMPRESA METALURGICA MARTINAZZO LTDA

1. DO RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico nº. 172/2021, que tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**, com data de abertura para o dia 08/02/2022.

Após conhecimento do Edital, a empresa **LICITADESIGNER SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E JURIDICOS EIRELLI REPRESENTANDO A EMPRESA METALURGICA MARTINAZZO LTDA** interpôs impugnação alegando, em síntese:

I – Que seja retirado os benefícios a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e MEI, tendo em vista o valor estimado da contratação e ainda a proteção a vantagem e segurança na contratação;

I.a – Solicita encaminhamento do Edital e da referida impugnação à Procuradoria do Município para análise jurídica do pleito, visto que não existe base legal para dar e conceder benefício a MEI, ME e EPP em uma licitação com julgamento global estimada em aproximadamente R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais).

II.b – Que o edital seja encaminhando e analisado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, visto que existe procedimento administrativo em fase cursiva no respectivo TCEES que cuida de tratativas a respeito deste processo.

II – Que seja o edital revogado para a devida adequação a modalidade de Concorrência Pública tendo em vista os serviços não estarem enquadrados como serviço comum de engenharia.

III – Que o CREA-ES seja consultado a respeito da legalidade da prestação de serviços objeto deste pregão na condição de serviços comuns de engenharia.

É o breve relatório.

2. DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADE

Destacamos que o prazo e a forma correta para interposição da impugnação encontram-se arregimentados no item 06 do instrumento convocatório, tendo a empresa atendido as exigências elencadas no Edital.



3. DA ANÁLISE DO MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO

I – Retirar os benefícios a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e MEI, tendo em vista o valor estimado da contratação e ainda a proteção a vantagem e segurança na contratação;

I.a – Solicita encaminhamento do Edital e da referida impugnação à Procuradoria do Município para análise jurídica do pleito, visto que não existe base legal para dar e conceder benefício a MEI, ME e EPP em uma licitação com julgamento global estimada em aproximadamente R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais).

II.b – Que o edital seja encaminhando e analisado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, visto que existe procedimento administrativo em fase cursiva no respectivo TCEES que cuida de tratativas a respeito deste processo.

Cumprando ressaltar que a utilização da modalidade licitatória denominada “Pregão” possui regulamento próprio no âmbito do Município de Vitória, qual seja, o Decreto nº 17.959/2019, que em seu artigo 17 prescreve as atribuições do **Pregoeiro Municipal**, como se infere abaixo:

Art. 17. São atribuições dos Presidentes das Comissões/Pregoeiros:

I - coordenar o processo licitatório;

II - promover as medidas necessárias ao procedimento e julgamento das licitações, zelando pela observância dos princípios constitucionais atinentes à Administração Pública, das normas gerais da legislação federal específica, da ordem dos trabalhos e daqueles que forem estipulados no ato convocatório;

III - conduzir os trabalhos dos Membros da Comissão/Equipe de Apoio;

IV - convocar as reuniões da comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, indicando a matéria a ser apreciada;

V - presidir as reuniões da Comissão e sessões públicas;



VI - elaborar as minutas de editais ou designar membro da comissão/Equipe de Apoio para tanto;

VII - encaminhar para publicação na imprensa, os avisos de editais, bem como todas as matérias de interesse da Comissão, em atendimento à legislação vigente;

VIII - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado, se necessário, pelas Unidades Requisitantes e pelos setores técnicos e jurídicos competentes;

IX - credenciar ou não os licitantes;

X - garantir a harmonia durante a sessão pública;

XI - promover as reuniões para recebimento e julgamento da documentação de habilitação e propostas de preços, na forma estabelecida pelo Edital;

XII - acompanhar e julgar a proposta de preço mais vantajosa, verificando sua conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;

XIII - verificar e julgar as condições de habilitação;

XIV - indicar o vencedor do certame;

XV - auxiliar a Autoridade Competente no julgamento de eventuais recursos;

XVI - adjudicar o objeto, quando não houver interposição de recurso, quando couber;

XVII encaminhar o processo, devidamente instruído, à Autoridade competente para homologação;



XVIII - encaminhar e receber expedientes dos órgãos envolvidos nos trabalhos da Comissão;

XIX - solicitar a substituição de componentes da Comissão, quando necessário;

XX - promover as medidas necessárias ao perfeito funcionamento da Comissão;

XXI - promover o saneamento do processo administrativo;

XXII - elaborar, mensalmente e sempre que solicitado, relatórios dos serviços realizados pela Comissão; e,

XXIII - abrir processo administrativo e o encaminhar, com vistas à apuração de eventuais irregularidades aplicação das respectivas sanções previstas em edital. (grifamos)

Como se vê, basta a leitura do Decreto que regula o Procedimento Licitatório para constatar que a Pregoeira Municipal **possui autonomia para decidir as impugnações recebidas e, se necessário, solicitar o apoio do setor jurídico competente.**

Esclarecemos que a minuta de edital passou pela Análise Jurídica antes da publicação do Edital e, após respondidos todos os Questionamentos/Impugnações, houve a necessidade de alteração no edital, sendo assim, a minuta foi encaminhada novamente para reanálise da Procuradoria Geral do Município.

Os termos jurídicos da minuta de edital foram analisados, por duas vezes, pela Procuradoria Geral do município e em nenhum dos pareceres foi citada sequer uma recomendação quanto à possibilidade de vedação ou não dos Benefícios da Lei Complementar 123/2006.

Importante destacar o seguinte trecho do Parecer Jurídico n. 1267/2021:

“houve questionamentos por parte de vários interessados, tendo sido estes respondidos, sem desconhecer ainda as recomendações advindas do TCEES.” (grifo nosso)



Quanto à alegação da Procuradoria referente às recomendações advindas do TCEES, explico:

Após representação de diversas empresas, incluindo a LICITADESIGNER, recebemos Notificações do TCEES e, no dia 08/12/2021 nossa Defesa foi juntada e protocolada sob o número 27074/2021-2, onde demonstramos a insubsistência dos argumentos aduzidos nas petições iniciais.

No dia 19/01/2022, o Núcleo de Controle Externo de Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana (NASM) emitiu a Instrução Técnica Conclusiva 00122/2022-1, cuja proposta de encaminhamento sugeriu pela IMPROCEDÊNCIA das representações, nos termos do art. 1788, I c/c art. 186 do RITCEES.

Segue trecho da Instrução Técnica Conclusiva referente ao trazido pela impugnante, bem como sua conclusão:

2.4 BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE FERINDO A COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Este indício é o terceiro apontamento da empresa Licitadesigner Serviços Administrativos e Jurídicos Eireli (peça 2 do processo apenso 4795/2021-1)

Sobre este aspecto, verifica-se que a restrição almejada pela representante está relacionada à nova Lei de Licitações:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;



II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Esta restrição, contudo, não está delineada na lei anterior, Lei 8.666/1993, a qual o edital faz referência (peça 4, fl.10).

De forma similar ao aqui apontado, no âmbito dos autos 13141/2015-3, foi discutida a participação de empresas inscritas no simples nacional, bem como de ME's, EPP's e cooperativas em um edital de Concorrência Pública 4/2014 que tinha como objeto a "execução dos serviços integrantes do Sistema de Manejo de resíduos Sólidos Urbanos no município de Aracruz – ES". Neste edital, o valor total orçado para execução do Lote I foi de R\$ 107.057.864,16 (cento e sete milhões, cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) e do Lote II foi de R\$ 32.015.932,32 (trinta e nove milhões, quinze mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos). Ao final, decidiu-se pela improcedência da representação (Acórdão 00576/2017-2).

Sendo assim, desde que atendidas as exigências de qualificação econômico-financeira, não há evidências de impedimento da participação das ME e EPP no presente edital.

(...)

3 CONCLUSÃO

A presente Instrução aborda a análise de justificativas frente às representações relacionadas ao Edital de Pregão Eletrônico 172/2021 cujo objeto é a manutenção de áreas verdes do município de Vitória.

Do exposto nesta peça técnica, considerando a análise da documentação constante dos autos, merecem prosperar as alegações quanto às supostas irregularidades descritas nas representações.



4 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Levando em consideração as análises aqui procedidas e as motivações adotadas nestes autos, que versam sobre Representação relacionada ao Pregão Eletrônico 172/2021, cujo objeto é a manutenção de áreas verdes, realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória, sugere-se:

Decidir pela IMPROCEDÊNCIA das representações, nos termos do art. 178, I c/c art. 186 do RITCEES;

Ante o exposto, não vislumbro a necessidade de nova análise da Procuradoria do Município, tendo em vista que os termos jurídicos já foram analisados antes da Publicação e Republicação do Edital; e

Considerando a Orientação Técnica Conclusiva do Núcleo de Controle Externo de Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana (NASM), onde não identifica evidências de impedimento da participadas das ME e EPP no presente edital, indeferimos a solicitação pleiteada e mantem-se o Benefício da lei complementar 123/2006 às ME/EPP/MEI desde que atendidas às exigências do edital.

IV – Que seja o edital revogado para a devida adequação a modalidade de Concorrência Pública tendo em vista os serviços não estarem enquadrados como serviço comum de engenharia.

A Licitadesigner apresentou os mesmos argumentos da impugnação anterior quanto à escolha da modalidade Pregão Eletrônico, sendo comprovado no seguinte trecho da atual impugnação:

***3.31 – Apesar de toda a resposta negativa que indefere nosso pleito na IMPUGNAÇÃO anterior, não podemos concordar que os serviços licitados se enquadram como serviço comum de engenharia.
(grifamos)***

À exceção do trecho exposto acima, todas as alegações da presente impugnação são idênticas à anterior, portanto, a empresa não apresentou novos argumentos capazes de alterar a escolha desta modalidade.

Destacamos que esta alegação foi refutada com embasamento pela Administração e mantida



inalterada no instrumento convocatório.

Pelo exposto, verifica-se neste contexto a preclusão consumativa da matéria já arguida, permanecendo a escolha da modalidade “Pregão Eletrônico” para a contratação de serviços de manutenção de Áreas Verdes.

III – Que o CREA-ES seja consultado a respeito da legalidade da prestação de serviços objeto deste pregão na condição de serviços comuns de engenharia.

A impugnante equivocou-se ao solicitar que a Administração Municipal consulte o CREA quanto à legalidade da prestação de serviços objeto deste Pregão, pois não compete

Embora sejam legítimos os interesses corporativos do CONFEA e suas preocupações, não lhes compete diferenciar o que vem a ser serviços comuns e serviços incomuns, para admitir ou restringir a adoção de uma modalidade licitatória. **Muito menos, possui o CONFEA competência para interferir no Poder Normativo do Executivo Municipal, disciplinando o conceito de serviço comum ou, restringir sua aplicação de forma generalizada.**

A competência para esta aferição do caráter "comum" de um serviço de engenharia pertence ao órgão requisitante, através do agente público incumbido desta tarefa.

Assim, a Resolução do CONFEA não deve nem pode produzir efeitos restritivos em relação à compreensão do agente público competente acerca do enquadramento de um determinado serviço de engenharia como serviços comum.

Importante ressaltar o trecho da Instrução Técnica Conclusiva 00122/2022-1 emitida pelo Núcleo de Controle Externo de Meio Ambiente, Saneamento e Mobilidade Urbana (NASM):

(...)

Além disso, **o fato de os serviços serem classificados como comuns de engenharia não significa que estes prescindem de atuação profissional devidamente registrada em conselho de classe, mas sim que é possível definir com precisão no edital os padrões de desempenho e qualidade, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (...)**

(...)



Nesse ínterim, importa ressaltar, contrapondo as justificativas trazidas pelos representados, que **não se trata de serviços comuns por ser habitual a sua execução, mas, nos termos das disposições legais acima mencionadas, por haver padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.**

Nota-se inclusive que a nomenclatura que a legislação fornece para os serviços não comuns é de serviços “especiais” e não “incomuns”, como quis fazer entender os representados. Ademais, a própria lei coloca a alta heterogeneidade ou a complexidade técnica como possibilidades de classificação dos serviços como “especiais”, diferente do afirmado pelos gestores.

Por fim, **observa-se que não foi demonstrado nenhum benefício prático da realização de uma suposta concorrência em detrimento da utilização do pregão, restringindo-se a discussão a uma questão de interpretação jurídica, a qual já foi analisada em situação semelhante por este Tribunal.**

Portanto, acolhendo-se parcialmente as justificativas trazidas pelos representados, **vislumbra-se que o indício de irregularidade em questão já fora objeto de discussão neste Tribunal de Contas, entendendo-se pela regular aplicação do pregão para os serviços de manutenção de áreas verdes e, por coerência e segurança jurídica, no presente caso, sugere-se manutenção de semelhante entendimento, vez que não se verificam fatos novos que ensejem nova discussão por parte desta Corte. (grifamos)**

Diante das comprovações da legalidade da prestação dos serviços objeto deste Pregão, informamos que consideramos como uma RECOMENDAÇÃO a presente solicitação feita pela impugnante, sendo, portanto, afastada tal possibilidade, tendo em vista a discricionariedade da Administração na decisão da modalidade escolhida considerando-se o tipo de serviço a ser prestado, bem como por termos amparo legal e decisão técnica que nos possibilita tal decisão.



4. DA CONCLUSÃO

Tendo cumprido com as formalidades legais, **CONHECEMOS A IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA** e, na análise do mérito, **JULGAMOS IMPROCEDENTE**.

Em 17 de fevereiro de 2022.

Karina Adelina Schwartz
Pregoeira Municipal

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação 172-2021

De: Karina Adelina Schwartz <kaschwartz@correio1.vitoria.es.gov.br>

Data: 17/02/2022 16:09

Para: uesley@licitanews.com.br

Prezados, boa tarde!

Segue Julgamento da impugnação apresentada.

--

--

Att,



Karina Adelina Schwartz

Pregoeira Municipal

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação

SEGES/EP

Tel: (27) 3382-6037

www.vitoria.es.gov.br

Em 03/02/2022 17:14, uesley@licitanews.com.br escreveu:

Em cumprimento aos requisitos do edital encaminhamos a devida impugnação para análise conforme fatos e fundamentos jurídicos apontados.

Gentileza acusar o recebimento.

Atenciosamente

Licitanews Consultoria Especializada em Licitação Pública

Uesley Sílvio Medeiros

Consultor Governamental

+55 27 98170 4999

comercial@licitanews.com.br

<http://www.licitanews.com.br>

Vila Velha - ES / Brasil



- "O conteúdo deste e-mail é confidencial e destinado exclusivamente ao destinatário especificado apenas na mensagem. É estritamente proibido compartilhar qualquer parte desta mensagem com terceiros, sem

o consentimento por escrito do remetente. Se você recebeu esta mensagem por engano, responda a esta mensagem e siga com sua exclusão, para que possamos garantir que tal erro não ocorra no futuro."

- *"Respeitamos as normas vigentes Brasileiras e todos os processos de integridade vigentes "COMPLIANCE", primando pela lisura, legalidade e igualdade nos processos de licitação e contratação pública.*
- *Todos nossos e-mails são arquivados e permanecem em nosso banco de dados.*

— Anexos: —

Julgamento Metalúrgica.assinado.pdf	3,4MB
Manifestação SEMMAM_GAV.2pdf.pdf	502KB